

Resenha

Weeks, John - *Capital, Exploitation and Economic Crisis*. London and New York: Routledge, 2010. 192 páginas.

Ainda que atualmente bastante claro, nunca é demais relembrar que a crise econômica do final dos anos 2000 reavivou o interesse geral pela economia política de Marx por todo o mundo. Entre as novas contribuições em língua inglesa que buscam explicações para o evento com base no *Capital*, está o livro *Capital, Exploitation and Economic Crisis* de John Weeks, professor de economia da Universidade de Londres. A publicação é uma edição completamente revisada e atualizada de seu trabalho publicado originalmente em 1981 e que sai agora pela série *Frontiers of Political Economy* da editora Routledge.

Em geral, o aspecto que mais chama a atenção do leitor ao longo dos 11 capítulos é a decidida postura de Weeks em relação a algumas controvérsias sobre a teoria do valor e sua ênfase crítica às teorias econômicas do *mainstream*. Essa característica rebelde, que pode inicialmente causar certo desconforto devido às possíveis divergências de interpretação da obra de Marx e à maneira de oposição à escola neoclássica, é na verdade o ponto forte que acaba tornando a leitura instigante e dando personalidade ao livro. Com efeito, a obra é em sua essência a apresentação e defesa das ideias do próprio autor em relação ao capitalismo e às teorias econômicas que pretendem explicá-lo, onde Marx entra mais como um interlocutor do que como autoridade intelectual. Esse distanciamento, somado à segurança sobre seus argumentos, é digno de registro, mesmo por aqueles que não concordem com sua interpretação.

A teoria do valor é o centro de toda análise do livro, cujos três capítulos iniciais se dedicam à explicitação de que a produção generalizada dos valores de uso com o objetivo de troca implica necessariamente uma sociedade capitalista. Aqui, é notório que, logo de início, temos uma posição revelada que se insere no debate intrincado sobre a sociedade mercantil simples e o argumento lógico e histórico do capital. Para Weeks, toda teoria do valor, seja qual for a escola de pensamento, busca reconhecer e explicar os mecanismos que geram as

variações das relações de trocas, ou seja, dos preços de mercado. Mas a teoria do valor de Marx abarca, além dessa explicação quantitativa, e que seria o aspecto “exotérico”, aparente do fenômeno, o lado “esotérico” das relações de troca entre as mercadorias. Toda dificuldade consistiria em relacionar a aparência imediatamente visível no mercado com esse fundamento essencial de que o valor é uma relação social.

Para fazer valer esta perspectiva, é argumentado que a teoria do valor desenvolvida no nível das aparências acaba caindo em contradições e equívocos que mesmo os mais profundos conhecedores da análise de Marx não estão isentos de cometerem. Aqui, como exemplo, a formulação de Engels sobre a lei do valor desenvolvida no posfácio do livro 3 do *Capital* é posta em crítica, pois a interpretação de que a lei agiria desde tempos remotos sobre a troca de mercadorias faz com que a forma do valor não seja específica ao modo de produção do capital.

Weeks parece assim rejeitar as análises sobre o aspecto puramente quantitativo do valor, como se a determinação da relação quantitativa entre o sistema de valor e o sistema de preços não tivesse utilidade. Isto fica nítido em sua distinção entre trabalho concreto e abstrato, onde afirma que “o valor das mercadorias (trabalho abstrato) não pode ser diretamente observado, e o conhecimento do tempo de trabalho necessário para produzi-las (trabalho concreto) é irrelevante para a determinação dos valores de troca” (Weeks, p. 14). De fato, o valor não é diretamente observável, justamente porque em condições de propriedade privada dos meios de produção, o acesso às informações do tempo de trabalho concreto nas unidades de produção só pode ser feito a posteriori, no mercado. Mas isso não quer dizer que não seja este tempo que delimita o raio de liberdade das trocas concretas.

De forma resumida, o início de *Capital, Exploitation and Economic Crisis* é altamente controverso, não pelo fato da posição de Weeks ser única ou por contrapor Marx com Engels nessa delicada questão, mas sim porque o próprio tópico demanda um desenvolvimento mais acurado do materialismo histórico, de tal forma que ou as leis de cada modo de produção sejam nitidamente identificadas (posição em que a lei do valor se restringe ao modo de produção do capital), ou que a lei do valor exerça um papel de conexão claro entre modos de produção (posição que estende a lei do valor a modos de produção pré-capitalistas).

Os capítulos 4, 5 e 6 contemplam a parte teórica da circulação e do conceito de mercadoria dinheiro. A posição de leitura conceitual do *Capital* é sustentada pela ênfase de que a extensão da lógica do mercado a épocas não-capitalistas é causada pela tentativa de se criar uma teoria do dinheiro que abranja todos os modos de produção. O problema indicado é pertinente: a elaboração de uma teoria geral do dinheiro abre a possibilidade da circulação das mercadorias como capital. Com isso, é possível conceber a circulação simples de mercadorias, que supostamente nunca teria existido historicamente. Como enfatizado no início do livro, ao contrário, é o construto da circulação simples de mercadorias que pressuporia o circuito do capital. O resultado disso é que a teoria do dinheiro deveria ser específica também para cada modo de produção. A interpretação da teoria do dinheiro de Marx aqui é que ela seria referente apenas às formas do dinheiro na sociedade capitalista. Weeks argumenta que a sequência de exposição de Marx, tratando primeiro da mercadoria, do valor e do dinheiro e somente depois do capital não representa uma ordem histórica em que as categorias teriam aparecido concretamente, mas que já, desde o início, Marx está lidando com uma economia capitalista.

O capítulo 5 traz o que o autor julga ser o argumento mais controverso do livro, qual seja, o de que o dinheiro sempre deve estar baseado em um dinheiro-mercadoria (commodity money). Aparentemente, Weeks busca se proteger das críticas que viriam com a errônea duplicação de categorias, como se pudesse haver de um lado dinheiro (money), e do outro, mercadoria dinheiro (commodity money). Este último termo geralmente é ligado ao ouro, mas de fato, o conceito mais abstrato de dinheiro impede de antemão que ele possa ser pensado como algo não-mercadoria.

O problema com o qual se está lidando aqui é que a escola neoclássica só reconhece a função do dinheiro como meio de troca. E aqui o diferencial do argumento: quando restrito a esta função, parece que dinheiro não precisa ser mercadoria. Ocorre que muitos marxistas caem nessa ilusão também, porque o dinheiro na circulação pode ser mesmo um símbolo, obscurecendo o fato de ele ser mercadoria. Há, corretamente, um esforço em afirmar que a interpretação de que dinheiro pode não ser mercadoria é errada. No entanto, parece que há um jeito

mais direto de apontar que dinheiro é mercadoria. O ideal seria resolver esse problema corrigindo os termos que entraram em uso no debate marxista sobre dinheiro, esclarecendo que a separação entre “dinheiro” e “mercadoria dinheiro” é inadequada neste caso. Isso ajudaria os leitores que não estão seguros de que o dinheiro é necessariamente mercadoria, e que pensam assim que poderia haver um dinheiro sem valor.

A distinta função meio de circulação é o que cria a impressão de que dinheiro pode ser um mero símbolo. O desenvolvimento da explicação do símbolo torna a interpretação de Weeks mais interessante. O argumento geral é o de que, como acabou o padrão ouro, o dinheiro não precisa ser mercadoria. O contra-argumento, bem direto, poderia ser que dinheiro é necessariamente mercadoria (não era o fato de o ouro ser a mercadoria dinheiro que fundamentava o fato de dinheiro ser mercadoria), e a ascensão do símbolo no lugar do ouro não invalida a teoria do dinheiro de Marx. Mas Weeks aqui dá uma volta a mais, explicando que o símbolo necessita do Estado, enquanto o dinheiro em geral não. Por isso, quando o Estado não cumpre sua função de controlar o símbolo, a forma do dinheiro retorna do símbolo para o ouro (que é posto muito próximo do conceito de mercadoria dinheiro). Isso não significa que o símbolo não seja dinheiro, ou mesmo mercadoria dinheiro.

A conclusão central é que, enquanto a função de ser meio de circulação pode ser cumprida por qualquer coisa, até mesmo por um acordo informal de pagamento, as funções de meio de pagamento e de entesouramento só podem ser cumpridas por uma “mercadoria dinheiro” (commodity money). O fato da função meio de troca poder ser cumprida por algo que não seja mercadoria cria a ilusão, segundo Weeks, de que dinheiro não precisa ter valor, como é o caso da escola neoclássica, onde o dinheiro serve apenas como facilitador das trocas.

Em suma, temos uma posição nítida que fundamenta o dinheiro na mercadoria, e rejeita as noções de que dinheiro possa ser não-mercadoria. A ilusão de que isso ocorreria deriva do fato da forma simbólica ascender com o desenvolvimento do Estado capitalista emissor de moeda e conseqüente abandono do padrão ouro. Como Weeks utiliza da distinção dinheiro e mercadoria dinheiro, ele precisa reforçar o argumento de que o símbolo continua atrelado a alguma materialidade, e o faz enfatizando que a teoria do dinheiro precisa se

basear no dinheiro mercadoria, usualmente ouro. No último capítulo do livro, sobre a crise de 2008, Weeks traz dados sobre a evolução do preço do ouro para corroborar sua interpretação de que o dinheiro, por mais que se desenvolva para formas simbólicas de expressão de meio de troca, está sempre atrelado à materialidade de uma mercadoria dinheiro.

Os capítulos finais 7 a 11 lidam com os aspectos da crise. O autor consegue, ainda que de forma relativamente abstrata, mostrar que as crises não são fenômenos restritos aos processos financeiros, pois estão profundamente enraizados na lógica capitalista que pode ser remontada até a contradição fundamental entre valor de uso e valor, algo que a economia *mainstream* é incapaz de compreender. Os tópicos que balizam o quadro teórico da crise, como a competição, a lei da tendência da queda da taxa de lucro, a separação entre as esferas da produção e circulação e a distinção capital circulante/capital fixo e capital constante/capital variável são também aqui apresentadas sempre com ênfase crítica à percepção vulgar destes fenômenos capitalistas.

Sobre a crise dos anos 2000, há um esboço do desenvolvimento dos instrumentos financeiros que explicita que os papéis negociados se tornaram cada vez mais distantes dos aspectos concretos de propriedade sobre o produto material. Com isso, o nível das aparências da crise é posto em ligação com a relação contraditória fundamental causadora do processo, que é a unidade dialética entre valor e valor de uso do produto enquanto mercadoria. A conexão se baseia na idéia central de que o capital financeiro se torna cada vez mais dominante frente ao capital industrial, um aspecto revelador da busca utópica dos capitalistas por uma “pedra filosofal” que permita a geração de mais-valia sem que seja necessário passar pelo processo de produção (Weeks, p. 141).

Ao final, Weeks levanta a interessante pergunta sobre a possibilidade de controle sobre o capitalismo. Ele vê que tal meandro é possível, e se baseia na experiência dos anos de 1930 a 1970. Em sua opinião, esse período de regulamentação só foi possível graças à organização e força da classe trabalhadora. De forma semelhante, tal processo pode ser feito de novo, se as medidas adequadas forem levadas adiante pelo proletariado. Entre elas estariam a nacionalização do sistema financeiro, a elevada importância do objetivo macroeconômico de pleno emprego, a regulamentação ampla do mercado de trabalho

com a implementação geral de um programa de renda mínima e o direito irrestrito de organização da classe trabalhadora. Como se vê, mudanças desse calibre podem resultar em algo muito mais avançado do que um simples capitalismo sem crise, e é isso que temem as forças conservadoras e reacionárias do século XXI.

Resumidamente, o livro *Capital, Exploitation and Economic Crisis* é particularmente interessante para aqueles que buscam vincular os fenômenos visíveis da crise capitalista com a economia política de Marx e para todos participantes das controvérsias teóricas que se derivam do *Capital*. Apesar de trazer uma bibliografia adequada que permite o leitor localizar de forma relativamente isenta os principais debates, a obra é praticamente um acerto de contas do autor com seu próprio estudo de economia e não esconde sua franca crítica à escola neoclássica devido à sua limitação ao nível das aparências, assim como aos próprios adeptos do marxismo eventualmente ludibriados pelas ilusões do capital.

Tiago Camarinha Lopes
Aluno do mestrado em Economia
Universidade Federal de Uberlândia